

SIDNEY JARD DA SILVA, DEISE APARECIDA RECOARO

Mulheres sindicalistas de Abril: ausências, insurgências e emergências

O objetivo deste artigo é realizar uma sociologia das ausências e das emergências das mulheres no movimento sindical português. O objeto de pesquisa são as memórias de operárias e sindicalistas que vivenciaram o processo de transição democrática em Portugal. Ao analisar a paradoxal condição do trabalho como espaço de exploração econômica mas também de insurgência feminina, apresentam-se as possibilidades históricas de emergência da mulher no sindicalismo português e destaca-se a persistência das desigualdades de gênero no ativismo sindical contemporâneo. A pesquisa empírica foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, consulta de depoimentos e entrevistas. Por fim, identificam-se os principais achados da aplicação do referencial teórico da sociologia das ausências e das emergências nos estudos sindicais, com foco na militância da mulher trabalhadora.

Palavras-chave: movimento sindical; mulheres trabalhadoras; participação da mulher; Portugal; questões de gênero.

Introdução

Em 25 de abril de 2024 celebramos os 50 anos da revolução civil-militar que restituiu a democracia em Portugal. A Celeste Martins Caeiro devemos o gesto que eternizou o movimento bélico predominantemente masculino como a “Revolução dos Cravos”, simbolicamente feminina. Aquele singelo aceno de distribuir flores aos soldados marcou para sempre a presença das mulheres trabalhadoras na história da revolução democrática portuguesa.¹

Inspirados nesse evento histórico, objetivamos realizar uma sociologia das ausências e das emergências das mulheres no movimento sindical português a partir das memórias de operárias e sindicalistas que testemunharam o movimento revolucionário de 1974.

Expandir o presente e contrair o futuro são os principais movimentos do processo de transição de uma racionalidade ocidental para uma

¹ Sobre a Revolução dos Cravos, ver Godinho (2019), Loff (2019) e Rosas (2015).

racionalidade cosmopolita, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2002). Para expandir o presente, a sua proposição é uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, a sua aposta é uma sociologia das emergências. Segundo Santos (*ibidem*), esse duplo movimento de expansão do presente e contração do futuro é imprescindível para a valorização das experiências sociais desperdiçadas pela razão indolente da ciência moderna.²

Adicionalmente à sociologia das ausências e à sociologia das emergências, Santos (2002, 2007) também propõe um processo de tradução epistemológico intercultural passível de criar inteligibilidades mútuas entre diferentes tipos de experiências possíveis e disponíveis, sobretudo aquelas invisíveis à luz do conhecimento eurocêntrico: vivências culturais, políticas e sociais que integram um todo cosmopolita ocultado pelo imperativo totalizante e determinista da ciência ocidental.³

A contribuição fundamental da sociologia das ausências é demonstrar que “o que não existe” é, na verdade, produzido como “não existente” ou, mais precisamente, “como uma alternativa não-credível ao que existe” (Santos, 2002: 246). Assim, seu principal objetivo é converter ausências artificiais em presenças reais; para tanto, é imprescindível a interação com pluralidades, saberes e expectativas desperdiçadas pelas formas de conhecimento hegemônicas.

A sociologia das emergências, por sua vez, consiste em uma crítica epistemológica à concepção linear do tempo, ao progresso infinito e distante, ao crescimento constante e irrefreável. Nessa perspectiva, enquanto a sociologia das ausências é “a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas” (*ibidem*: 256), a sociologia das emergências refere-se fundamentalmente ao campo das expectativas possíveis e latentes.

No presente artigo, argumentamos que, entre a diversidade de experiências e vivências desperdiçadas pela monocultura científica eurocêntrica e androcêntrica, o desperdício dos saberes e das práticas femininas no campo dos estudos do trabalho, ainda hoje, constitui um objeto de reflexão demandante de uma sociologia das ausências e das emergências.

Neste sentido, consideramos que a crítica epistemológica de Santos (2022) ao pretensão universalismo científico ocidental também converge para as reflexões feministas de Donna Haraway, quando esta autora afirma que, para alcançar um saber científico, é preciso uma visão corporificada

² Em outubro de 2022 completaram-se 20 anos da publicação do artigo intitulado “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, por Boaventura de Sousa Santos (2002), nesta mesma *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

³ Especificamente sobre a invisibilidade das mulheres trabalhadoras e de suas experiências de vida, ver Pinto (2015).

específica e particular, ou seja, um saber localizado, sem a pretensão de transcendência de limites e responsabilidades: “Desmascaramos as doutrinas de objetividade porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas’ de verdade” (2009 [1988]: 13).

Por conseguinte, nosso problema de pesquisa é compreender como se constituiu um sujeito coletivo feminino no movimento sindical português pós-Revolução dos Cravos capaz de, por um lado, construir uma agenda política que expandiu o presente, no sentido de incorporar e corporificar no ambiente sindical as experiências e vivências femininas que eram desperdiçadas pelos sindicatos; e, por outro, contrair o futuro, no sentido de incorporar e corporificar as questões de gênero em uma agenda laboral predominantemente orientada pelas questões de classe.

A investigação empírica foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa documental, consulta de depoimentos e entrevistas semiestruturadas, com intuito de identificar e analisar: i) o lugar reprodutivo e produtivo da mulher durante o salazarismo; ii) os principais enfrentamentos trabalhistas ao longo do período autoritário, com foco nas lutas relacionadas com o trabalho feminino; iii) a participação feminina no movimento sindical durante os anos finais do Estado Novo; iv) os principais debates sindicais com participação feminina na transição do regime autoritário para o democrático; v) o papel ocupado por operárias e sindicalistas no processo de retomada da democracia em Portugal.

É digno de nota que as entrevistas foram referenciadas na abordagem metodológica da História Oral, que busca sobretudo uma relação ética entre entrevistadores e entrevistados, na reconstituição dos acontecimentos históricos e sociais em referência (Menezes, 2010; Portelli, 2019). Ao todo, foram realizadas seis entrevistas com militantes sindicais que testemunharam os primeiros anos da transição política do regime autoritário para o regime democrático, em meados dos anos 1970.⁴ A seleção das sindicalistas, por sua vez, foi orientada pelo método nomeado “bola de neve”, que se vale de uma cadeia de referências pessoais indicadas pelas próprias entrevistadas, no que se refere ao tema central das entrevistas (Biernacki e Waldorf, 1981; Vinuto, 2014).

Por fim, também foram selecionados e analisados depoimentos de operárias e sindicalistas disponíveis nos acervos documentais (físicos e

⁴ As entrevistadas autorizaram o registro áudio das entrevistas e deram o consentimento, por esse mesmo meio, para a divulgação para fins acadêmicos e de divulgação científica dos registros obtidos. Em relação às três entrevistas utilizadas neste artigo, optamos por substituir os nomes reais por nomes fictícios de forma a manter preservada a identidade das entrevistadas.

digitais) do Centro de Arquivo e Documentação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CAD – CGTP-IN) e do Centro de Documentação e Informação da Universidade Popular do Porto (CDI-UPP).

1. A fabricação da subalternidade feminina no Estado Novo

Historicamente, entre os grupos sociais oprimidos, as mulheres se encontram na base inferior da pirâmide opressiva, suportando o peso da violência física e psicológica das hierarquias de gênero (D’Arthuys, 1976; Scott, 1986). Neste sentido, conforme observam Pamela Peres Cabreira (2020a, 2020b) bem como Virgínia Baptista e Paulo Marques Alves (2019), a compreensão do conceito de gênero é de fundamental importância para o questionamento das perspectivas tradicionais sobre o mundo do trabalho e para a ampliação da própria História.

Em Portugal, como em outras sociedades patriarcais, os alicerces do Estado autoritário foram erigidos na subordinação da sociedade ao Estado, do trabalho ao capital, das mulheres aos homens. Esta última relação de subalternidade, que nos interessa particularmente, foi assegurada na própria Constituição de 1933,⁵ a partir do estabelecimento de uma exceção normativa na aplicação do princípio formal da igualdade jurídica:

A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social, *salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família*, e, quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas. (Artigo 5.º, parágrafo único; grifo nosso)

A referida exceção tornou-se o princípio fundamental da institucionalização da desigualdade de gênero na sociedade portuguesa, até o advento da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. Assim, no que se refere ao arcabouço constitucional que regula as relações de gênero, o salazarismo representou o retorno das mulheres ao enquadramento jurídico do período pré-republicano (URAP, 2021).

Confinada ideologicamente ao ambiente doméstico, a “fada do lar” deveria, em todos os seus afazeres, submeter-se ao comando do “chefe de família”. Neste sentido, o resgate salazarista do Artigo 1185.º, Secção VIII,

⁵ Constituição Portuguesa de 11 de abril de 1933. Consultado a 09.09.2022, em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>.

do Código Civil Português, de 1 de julho de 1867, era absolutamente claro, no sentido de afirmar que à mulher cabia “prestar obediência ao marido”.⁶

À mulher casada não restava sequer a privacidade das suas correspondências pessoais, as quais poderiam a qualquer momento ser legalmente abertas pelo marido, tal como previa o Artigo 461.º, parágrafo 1.º, do Código Penal Português, de 16 de setembro de 1886: “a disposição deste artigo não é aplicável aos maridos [...] quanto às *cartas ou papéis de suas mulheres*, filhos ou menores que se acharem debaixo da sua autoridade” (grifo nosso).⁷

Na esfera do trabalho, a mulher estava igualmente subjugada aos imperativos patriarcais. Assim, ainda que legalmente não necessitasse de autorização do cônjuge para assinar um contrato laboral, este poderia rescindir a qualquer momento o vínculo empregatício da esposa. Em outras situações, quando a política da empresa não permitia que casais trabalhassem juntos, a prática comum era a demissão da mulher.

Na origem de todos estes códigos legais opressivos das relações de gênero estava a concepção estado-novista da família “como base primária da educação, da disciplina e harmonia social, e como fundamento de toda a ordem política” (Constituição de 1933, Artigo 11.º).⁸

De acordo com essa representação política e ideológica, que coloca a família no centro da provisão do bem-estar individual e social, o papel primordial da mulher era reprodutivo e apenas excepcionalmente produtivo.⁹ Contudo, parafraseando Santos (2007), na prática havia uma “linha abissal” entre a realidade das mulheres trabalhadoras portuguesas e o conceito de mulher idealizado – mas não realizado – pelo regime salazarista.

Neste sentido, a inserção feminina na esfera do trabalho durante o Estado Novo precisa ser compreendida como inerente a um marco institucional autoritário patriarcal que, de um lado, impunha severas limitações e obstáculos à busca de autonomia econômica, política e social por parte das mulheres e, por outro, as submetia a um severo regime de opressão política e exploração econômica.¹⁰

⁶ Código Civil Português de 1 de julho de 1867. Consultado a 09.09.2022, em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1664.pdf>. O referido Código Civil vigorou na sociedade portuguesa até 1966 (Baptista e Alves, 2019; Guimarães, 1986).

⁷ Código Penal Português de 16 de setembro de 1886. Consultado a 09.09.2022, em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1274.pdf>.

⁸ Constituição Portuguesa de 11 de abril de 1933. Consultado a 09.09.2022, em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>.

⁹ Sobre a divisão sexual do trabalho e o conceito de trabalho produtivo, ver a revisão crítica de Hirata e Kergoat (1994).

¹⁰ Conforme observa Kergoat (2018: 36), esse tipo de arranjo autoritário patriarcal é de fundamental importância para “explorar dominando e dominar explorando”.

Nas próximas seções deste texto realizamos uma análise da trajetória familiar, profissional e sindical de mulheres que sofreram esse duplo processo de opressão política e exploração econômica, mas que, ainda assim, foram capazes de se constituírem como agentes políticos e sociais de processos emancipatórios, combatendo e superando a herança salazarista nas relações familiares, trabalhistas e sindicais.

2. A família como o lugar invisível da mulher

Em Portugal, assim como em outros países que configuram o chamado Modelo Social do Sul (Espanha, Grécia, Itália), a família assume o papel central na provisão do bem-estar social dos indivíduos. Internamente à família, por sua vez, a mulher exerce o papel de principal provedora dos cuidados parentais. Como vimos anteriormente, essa centralidade da figura feminina na vida doméstica foi romanticamente representada no imagético salazarista da “fada do lar”.

Sílvia Portugal (2000: 81) registrou com acurácia que “as relações que se estabelecem entre Estado, família, comunidade e mercado são fundamentais para perceber o perfil político-ideológico do Estado”. No que se refere especificamente à construção ideológica corporativa do Estado Novo, podemos acrescentar que o agregado familiar era considerado a própria célula *mater* da comunidade política.

No plano das relações domésticas, assim como o Estado autoritário – e, em larga medida, como um espelho deste –, o grupo familiar também tinha o seu líder supremo. Ao “chefe de família” cabia a direção de todos os negócios domésticos e o comando inquestionável das mulheres, filhos e agregados. À mulher, por sua vez, cabia garantir a reprodução da vida doméstica. No entanto, ao receber essa “honrada” função, não deveria exercê-la com autonomia, mas subordinando-se às ideias e vontades do marido.

Assim, tal como em outras sociedades patriarcais, as mulheres portuguesas nasciam com uma herança maldita: o legado do trabalho invisível, do trabalho que nunca acaba, do trabalho não pago, do trabalho doméstico, naturalizado como única alternativa e idealizado como única vocação. Esta herança era transmitida de mãe para filha e desde muito cedo as meninas apreendiam que aquele era o seu destino. O pai trabalha, a mãe cuida. Um cuidar que, na esfera doméstica, não era trabalho, mas a representação ideológica de uma missão, vocação, “fado”.

Contudo, não obstante o discurso de familiarização do feminino, o Estado português nunca se empenhou efetivamente na “desmercadorização” da mulher (Portugal, 2008: 15). Pelo contrário, o trabalho invisível (reprodutivo) tornou-se uma preparação para o trabalho visível (produtivo). Desde muito

cedo – aos 10, 11, 12 anos – as mulheres já se dirigiam para o trabalho em outras casas, nos campos, nas fábricas e, por vezes, no próprio Estado.

O aprendizado e a disciplina das tarefas domésticas em seus próprios lares se convertiam em habilidades e competências bem-vindas, mas não bem pagas, para o trabalho assalariado fora de casa. A exemplo da experiência de vida da carquejeira Palmira de Sousa, que começou a trabalhar aos 10 anos, apanhando carqueja na beira do rio com a mãe. Trabalho exaustivo, repetitivo, mal remunerado, em condições precárias: “Andavam 11 mulheres na carqueja. Não tinha horário de trabalho, trabalhava até à noite e mesmo de noite”.¹¹

Direitos sociais, contratos trabalhistas, condições dignas de trabalho eram “inexistências” na realidade dessas mulheres, conforme também relata Esmeralda Joaquina Faria Mendes, que iniciou sua vida laboral aos 14 anos, em uma confeitaria: “Entrava às 8 horas e saía às 18 horas. Tinha uma hora para o almoço. Não tinha contrato, não tinha férias, mas naquela altura quem falava nisso?”.¹²

Generalizada em toda a sociedade, a exploração do trabalho feminino infantil não se restringia ao comércio informal e às fábricas, pois se estendia também às escolas, igrejas e outras instituições públicas e privadas. Maria Gonçalves Ferreira, aos 11 anos, realizava trabalhos braçais na própria escola. Cumpria uma jornada das sete da manhã à meia noite, para garantir a continuidade dos estudos em troca de limpeza das salas de aula e das camaratas e serviços de cozinha: “O contrato foi feito para eu ter aulas, continuar o segundo ano. Só que ao fim de seis meses eu não tinha ido a uma única aula”.¹³

Estes depoimentos são representativos de toda uma geração de mulheres trabalhadoras que viveram sob o Estado Novo e experimentaram condições de vida dramaticamente distintas daquelas romantizadas pelo salazarismo. Experiências e vivências desperdiçadas na construção ideológica da “fada do lar”. Ausências socialmente construídas de forma metódica pela opressão política autoritária, que relegava essas mulheres, ainda crianças, à superexploração econômica da sua força de trabalho ou à pura e simples exclusão social.

A história repete-se em depoimentos consultados e entrevistas concedidas em Coimbra, Leiria, Lisboa, Marinha Grande, Porto, São João da Madeira

¹¹ Depoimento de Palmira de Sousa ao CID-UPP. Consultado a 09.09.2022, em http://cdi.upp.pt/cgi-bin/mostra_entrevista.py?doc=E14r.

¹² Depoimento de Esmeralda Joaquina Faria Mendes concedido ao CID-UPP. Consultado a 09.09.2022, em http://cdi.upp.pt/cgi-bin/mostra_entrevista.py?doc=E08r#a0.

¹³ Depoimento de Maria Gonçalves Ferreira concedido ao CID-UPP. Consultado a 09.09.2022, em http://cdi.upp.pt/cgi-bin/mostra_entrevista.py?doc=E11r.

e na região do Alentejo.¹⁴ A infância pobre, a dupla jornada, os baixos salários, os contratos “sem descontos”, as condições precárias de trabalho nas “casas brasonadas”, nos campos ou nas fábricas.

Há experiências de classe semelhantes registradas em importantes obras sobre as condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras no período anterior à Revolução dos Cravos, desde pesquisas acadêmicas como os livros *Entre a fábrica e a comunidade* (Estanque, 2000) e *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal* (Baptista, 2016) a produções ficcionais como *Memória e vida de tempos de Abril* (Maurício, 2016), entre tantas outras.

De fato, como também observa Portugal (2008: 10), diferentemente das trajetórias de construção do modelo de Estado de bem-estar social verificadas em outros países da Europa continental, o Estado autoritário português impôs à sociedade civil, notadamente às famílias portuguesas, a obrigação de “criar seus próprios sistemas sociais de apoio”. Imposição particularmente penosa para as mulheres, duplamente obrigadas ao trabalho, reprodutivo na esfera doméstica e produtivo na esfera do mercado.

Na próxima seção deste artigo, abordamos a insurgência feminina contra as condições econômicas, políticas e sociais (inclusive sindicais) completamente desfavoráveis no que se refere às relações de gênero durante a vigência do salazarismo.

2. O trabalho como espaço de insurgência

A sociologia das ausências e a sociologia das emergências também constituem uma sociologia das insurgências. Trata-se, neste sentido, de um referencial teórico metodológico que compreende uma “ecologia dos saberes”, elaborada coletivamente a partir da resistência ativa de grupos sociais invisibilizados e subalternizados a diferentes formas de exploração econômica e opressão política (Gomes e Carvalho, 2020; Grosfoguel, 2011; Santos, 2006).

Durante o Estado Novo, a ideologia salazarista construiu uma representação do feminino limitado ao espaço doméstico, à família, ao marido, aos filhos. Contudo, essa construção ideológica estava em flagrante contraste com a efetiva condição de vida das mulheres trabalhadoras, operárias urbanas ou agrícolas que, longe da mítica figura da “fada do lar”, desdobravam-se em exaustivas jornadas de trabalhos produtivos e reprodutivos.

Assim, já nos seus primeiros empregos, em sua grande maioria precários, essas mulheres conscientizavam-se do tratamento desigual que recebiam,

¹⁴ A pesquisa de campo também contou com a consulta do acervo (físico e digital) da exposição “Mulheres e resistência – Novas cartas portuguesas e outras lutas” do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, realizada entre maio e dezembro de 2021, sob a curadoria de Rita Rato e Joana Alves.

ora por serem crianças, ora por serem mulheres. E, ao lado de homens igualmente explorados, ou mesmo liderando esses, insurgiram-se contra as suas insalubres condições de vida e trabalho. Parafraseando o título da obra de Danièle Kergoat (2018): “Lutar, dizem elas...”

Neste ponto, é importante ressaltar que a extrema violência física e psicológica da ditadura do Estado Novo contra os seus opositores não conseguiu sufocar as lutas operárias e camponesas. Trabalhadoras do campo e da cidade tomaram parte em centenas de mobilizações realizadas em todo o país, durante a vigência do salazarismo, especialmente naqueles setores econômicos com expressiva presença feminina, como a indústria corticeira, conserveira, têxtil, vidreira, entre outras.¹⁵

Às mulheres coube ainda não apenas estar ao lado dos seus companheiros na luta por melhores condições de vida e trabalho, mas também proteger a vida daqueles que estavam presos ou foragidos e, na ausência destes, sustentar suas próprias famílias. Assim, o “cuidar doméstico” apregoado pela ideologia salazarista converteu-se em um “cuidar político” que se opunha ao próprio regime autoritário.

Na década de 1940, diante da escassez de produtos alimentícios básicos, como pão e azeite, camponesas e operárias estiveram à frente dos principais movimentos pelo fim dos aumentos dos preços, fim dos despedimentos, aumento dos salários e pela paz. Ao lado de bandeiras mais gerais, como o *slogan* “Temos fome, queremos comer”, as mobilizações camponesas e operárias dessa década também contemplavam demandas trabalhistas objetivas, como o aumento dos salários, a redução da jornada de trabalho, o fim das demissões, o fim do atraso nos pagamentos, o fim do endividamento das famílias e a ampliação da idade máxima para as crianças frequentarem a creche (URAP, 2021).

Em todas essas manifestações, operários e operárias, camponeses e camponesas, enfrentaram juntos a violência do governo e dos patrões, de um lado, e a indiferença da igreja e dos sindicatos, de outro. Na década seguinte, em maio de 1954, o assassinato da camponesa Catarina Eufémia, em uma marcha de trabalhadores agrícolas, tornou-se o maior símbolo da resistência das mulheres trabalhadoras ao salazarismo: “Há um lado feminino na luta contra o fascismo” (*ibidem*).

No crescente setor industrial, o enfrentamento dos trabalhadores chapeleiros, corticeiros, sapateiros, vidreiros e do vestuário ao regime salazarista

¹⁵ Publicação da Organização das Mulheres Comunistas – OMC (1994: 10) registra a ocorrência de 682 “lutas e movimentos de mulheres em Portugal”, no período 1926-1974, entre elas, centenas de greves operárias.

não foi menos intenso, especialmente em setores industriais com forte presença feminina, em categorias em que as mulheres constituíam a maioria dos empregados, ou seja, nos postos de trabalho de menor qualificação e, conseqüentemente, de menor remuneração.

Em larga medida, as reivindicações ocorriam em torno de direitos humanos fundamentais, como o fim dos maus tratos, castigos físicos, atrasos nos pagamentos, descontos abusivos ou da intensificação da jornada de trabalho. Destacam-se ainda, tanto entre os trabalhadores urbanos como rurais, a mobilização para que os sindicatos oficiais se posicionassem diante das reivindicações e mobilizações trabalhistas (URAP, 2021).

São essas e tantas outras as histórias de resistência da classe trabalhadora portuguesa à exploração econômica e à opressão política imposta pelo Estado Novo, sobretudo em relação aos trabalhadores mais pobres. Em todas essas lutas, a insurgência das mulheres foi de fundamental importância no confronto ao governo autoritário e ao empresariado urbano e rural. Podemos, portanto, afirmar que também houve um lado feminino operário na luta contra o fascismo.¹⁶

Toda essa mobilização feminina é demandante de uma abordagem epistemológica que reconheça a relevância da luta emancipatória das mulheres no processo de redemocratização e na retomada do sindicalismo em meados da década de 1970. Para além da fabricada invisibilidade doméstica, as mulheres portuguesas protagonizaram um importante movimento de insurgências individuais e coletivas que deve ser objeto de uma sociologia igualmente insurgente. Foram movimentos visíveis e invisíveis, marcados por resistências e concessões, avanços e retrocessos, conquistas e derrotas de uma longa trajetória de luta política e social contra o patriarcado nas suas mais diferentes formas de manifestação familiar, religiosa, patronal, sindical e governamental.

Em síntese, a sociologia das ausências e das emergências, enquanto sociologia das insurgências, privilegia em sua análise os saberes insurgentes produzidos nas lutas sociais por sujeitos políticos historicamente invisibilizados e subalternizados, entre eles, sem dúvida alguma, as lutas protagonizadas pelas mulheres trabalhadoras devem ocupar um papel central nos estudos de uma sociologia do trabalho igualmente insurgente.

¹⁶ Importantes iniciativas neste sentido são os trabalhos de registro de memória e história oral realizados por Fonseca (2007), Ribeiro (2010), Ribeiro e Nunes (2019), bem como as pesquisas de Cabreira (2020b) e Baptista e Alves (2020) sobre as mulheres operárias de Sogantal e Xabregas, respectivamente.

3. A emergência do feminino no movimento sindical

Desde os primórdios da organização sindical, as mulheres sofreram e ainda sofrem os efeitos da exclusão, da segregação e da sub-representação. Por esse mesmo motivo, em muitos países, passaram a se auto-organizar dentro e fora dos sindicatos e, conseqüentemente, a serem percebidas como uma possível ameaça ao poder masculino predominante nas entidades sindicais (Crain, 1993; Ferreira, 2002; Ledwith, 2012; Saffioti, 2013).

No caso português, práticas governamentais, empresariais e sindicais – em flagrante contradição com a crescente inserção feminina na esfera do trabalho (Ferreira, 1998) – impuseram às mulheres “linhas abissais” entre a sua condição de trabalhadoras e a sua participação na vida sindical. O fato é que até à Revolução dos Cravos – e mesmo depois dela, como demonstram Virgínia Ferreira (2002) e Paulo Marques Alves (2017) –, os sindicatos excluía sistemáticamente as mulheres das suas fileiras e do próprio mercado de trabalho.¹⁷

Nessa perspectiva analítica, o Estado autoritário e o aparato sindical convergiram na prática econômica, política e social de exclusão, segregação e sub-representação feminina. Em nome da “defesa da maternidade e do interesse da nação”, de um lado, e dos trabalhos que pela “sua natureza pertenciam aos homens”, de outro, foi criado todo um arcabouço jurídico-institucional para restringir, ou até mesmo proibir, a presença das mulheres em determinados postos de trabalho dos setores público e privado.¹⁸

Assim como os seus congêneres no continente europeu, o sindicalismo português nasceu como uma associação de trabalhadores predominantemente masculina, que legitimava em suas bandeiras reivindicatórias, sobretudo salariais, práticas discriminatórias em relação ao sexo feminino.¹⁹ A discriminação sofrida pelas mulheres na esfera do trabalho produtivo e do próprio sindicalismo, por sua vez, acabou por desencadear um tipo de atuação que teve como consequência aprofundar as desigualdades entre homens e mulheres, em relação aos salários, às condições de trabalho e, principalmente, à própria militância sindical.

¹⁷ Sobre a organização das mulheres em Portugal, notadamente a sua participação no associativismo mutualista, ver Baptista (2012) e Baptista e Alves (2022).

¹⁸ Era proibido o trabalho feminino na diplomacia, na magistratura, no serviço militar e existiam restrições para mulheres casadas trabalharem como enfermeiras, hospedeiras do ar ou telefonistas. As professoras, por sua vez, precisavam de autorização do Ministro da Educação Nacional para contrair casamento (URAP, 2021).

¹⁹ Excelentes registros neste sentido podem ser encontrados na obra de Elísio Estanque (2000) sobre a subjetividades e práticas do operariado de São João da Madeira, entre as quais se observa a naturalização da diferenciação de salários entre homens e mulheres nas reivindicações das associações de classe nas primeiras décadas do século passado.

Segundo Alves (2017), dois tipos de argumentos sustentavam as medidas discriminatórias no interior do sindicalismo em relação às trabalhadoras. O primeiro tinha um caráter paternalista e sustentava o dever masculino de proteger as mulheres das péssimas condições de trabalho e da superexploração econômica. O segundo alegava a incapacidade das mulheres para o exercício das atividades profissionais qualificadas e a suposta inferioridade do seu trabalho, a qual, não obstante, contribuiria para o rebaixamento dos salários pagos aos homens.

Contudo, os obstáculos econômicos, políticos e sociais erguidos para dificultar e inviabilizar a participação feminina na esfera do trabalho não foram suficientes para conter a emergência das mulheres na vida e na organização sindical. A crescente participação feminina no mercado de trabalho e a sua conseqüente organização sindical foi registrada, por exemplo, no depoimento da enfermeira Maria Augusta de Sousa, que abordou a importância do ativismo das mulheres nas organizações de base dos trabalhadores portugueses no período da Guerra Colonial: “Da parte feminina, a situação era mais estável e, portanto, normalmente tínhamos ali uma forma de desenvolvimento do movimento bastante mais estável do que da parte masculina”.²⁰

Com a expansão da participação feminina no mercado de trabalho, não tardou para que essa presença também se transformasse em uma emergência das mulheres na vida sindical. As péssimas condições de trabalho, os baixos salários, o assédio da chefia predominantemente masculina, mesmos nos setores econômicos mais feminizados, constituíram fatores estruturais que impulsionaram a organização feminina, primeiro no local de trabalho e, posteriormente, nas entidades sindicais.

Neste ponto é importante registrar que, embora invisibilizadas na literatura sindical e nas próprias publicações oficiais dos sindicatos, as mulheres participaram ativamente do processo de retomada das entidades associativas de classe e na formação das novas direções. Em diversos setores estiveram ao lado dos homens – ou mesmo à frente deles, em posições de liderança – em debates cruciais para a reconfiguração do sindicalismo português no pós-1974, como as discussões sobre as eleições sindicais, a organização vertical ou horizontal das entidades, a unidade ou pluralidade sindical, e a relação dos sindicatos com os partidos políticos e com as centrais sindicais (CGTP-IN, 2014).

²⁰ Maria Augusta de Sousa (Oeiras, 1 de junho de 2010), CAD – CGTP-IN, 2010, 19 pp. Depoimento consultado no CAD – CGTP-IN. Para mais informações, cf. <https://arquivo.cad.cgtp.pt/index.php/entrevista-a-maria-augusta-de-sousa>.

Não obstante, seria um equívoco compreender o processo de participação feminina no pós-Revolução do Cravos como um desenvolvimento progressivo e harmonioso de inclusão das mulheres na vida sindical. O depoimento concedido por Maria Emília Reis Castro ao CAD – CGTP-IN é um testemunho revelador dos desafios enfrentados pelas sindicalistas para assumirem a direção das suas entidades. Na constituição da primeira direção do sindicato dos vestuários no pós-Revolução dos Cravos, as mulheres precisaram afirmar a sua autonomia para além das orientações políticas e ideológicas predominantemente masculinas do movimento sindical: “Eu disse assim: ‘Então, vocês vêm dar ordens à gente? A gente não vai fazer eleições? Não, desculpem, nós fazemos eleições. Desculpem lá, isto é independente dos partidos, nós fazemos eleições’”.²¹

Igualmente importante foi a participação das mulheres na acirrada disputa em torno da direção do Sindicato dos Químicos de Lisboa no pós-25 de Abril de 1974, tal como registrado no depoimento de Maria do Carmo Tavares: “havia muitas mulheres envolvidas nesta luta, principalmente as mulheres da Knorr, que deram muitos contributos; gente da Lever; mulheres da Transcodan; a Antónia, que trazia um conjunto de mulheres do sector da indústria plástica”.²²

Portanto, para além de um imaginário romantizado da emancipação feminina no pós-1974, esses depoimentos revelam uma intensa luta das mulheres trabalhadoras para se afirmarem no mundo sindical. Em entrevista que nos foi concedida sobre os primeiros anos da Revolução dos Cravos, a sindicalista vidreira Antónia²³ observa que se tratava de um período em que, não obstante todos os avanços políticos e sindicais, ainda predominava o “machismo”.

Percebe-se, portanto, que, se por um lado, o movimento revolucionário de 1974 significou maior abertura para a participação democrática em diversas dimensões da sociedade portuguesa – principalmente para os militantes políticos e sindicais do sexo masculino –, por outro, ainda havia muitos desafios a serem superados para que as mulheres pudessem emergir efetivamente como lideranças políticas e sindicais.

Neste ponto, é digno de nota que, ao longo das entrevistas realizadas em nossa pesquisa de campo, a persistência da cultura patriarcal nas entidades

²¹ Maria Emília Reis Castro (Porto, 22 de junho de 2010), CAD – CGTP-IN, 2010, 32 pp. Depoimento consultado no CAD – CGTP-IN. Para mais informações, cf. <https://arquivo.cad.cgtp.pt/index.php/entrevista-a-maria-emilia-reis-castro>.

²² Maria do Carmo Tavares (Lisboa, 9 de abril de 2010), CAD – CGTP-IN, 2010, 31 pp. Depoimento consultado no CAD – CGTP-IN. Para mais informações, cf. <https://arquivo.cad.cgtp.pt/index.php/entrevista-a-maria-do-carmo-tavares>.

²³ Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira. Entrevista concedida na Marinha Grande, Portugal, em 5 de janeiro de 2022.

sindicais foi apontada como uma das principais causas limitadoras da expansão da participação feminina no movimento sindical, mesmo em setores em que as mulheres já estavam há muito tempo em cargos dirigentes dos sindicatos.

Dirigentes sindicais, como Joana,²⁴ relataram, por exemplo, episódios em que militantes de base precisavam esconder dos maridos sua participação nas atividades dos sindicatos. Referindo-se a episódios semelhantes, Acácia,²⁵ por sua vez, ressalta que não bastava abrir as portas dos sindicatos para as mulheres: era preciso garantir condições objetivas para sua participação política.

Na mesma linha de argumentação, apontando para os fatores estruturais que ainda limitam a participação sindical das mulheres, Inês²⁶ complementa: “Eu insisto, é também as condições materiais e objetivas nas empresas, na sociedade, nos apoios à família que não permitem que a mulher tenha a mesma disponibilidade”.

Em larga medida, esses depoimentos corroboram os achados de pesquisa de Portugal (2008: 26), que afirma que o modelo de proteção social familista predominante na sociedade portuguesa “tem custos elevados para as mulheres”. Conforme observa a autora, a divisão sexual do trabalho não pode ser entendida apenas em termos meramente econômicos; é preciso também destacar a sua dimensão social e simbólica.

O fato é que, mesmo nos sindicatos, foi naturalizada a ideia de que o cuidado doméstico é uma responsabilidade da mulher. Consequentemente, naturalizaram-se, também, as desigualdades de gênero no ativismo sindical e, sobretudo, na composição dos cargos de mando, os quais exigem um tempo de dedicação incompatível com a responsabilidade do trabalho doméstico que as mulheres sindicalistas continuam a exercer ou a serem responsáveis por supervisionar (e quando delegados a outrem, na maioria das vezes, são-no a uma outra mulher da sua própria rede familiar).

Nas palavras de Josefina, uma eminente liderança da CGTP-IN, em entrevista que nos concedeu:

As mulheres em Portugal são a maioria, são a maioria dos trabalhadores sindicalizados e são a maioria dos delegados sindicais que existem nas estruturas filiadas da CGTP,

²⁴ Dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal – FESETE. Entrevista que nos foi concedida em São João da Madeira, Portugal, em 12 de outubro de 2021.

²⁵ Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Distrito do Porto. Entrevista que nos foi concedida no Porto, Portugal, em 22 de outubro de 2021.

²⁶ Ex-adjunta de direção da CGTP-IN. Entrevista que nos foi concedida em Lisboa, Portugal, em 30 de outubro de 2021.

portanto, faz todo o sentido que as mulheres assumam as tarefas e funções de maior responsabilidade. É um percurso que se está ainda a fazer. Sabemos todos que não é fácil, até porque ainda temos uma sociedade muito machista, em que as mulheres têm o papel que continua a ser colocado de terem funções com mais peso em casa. Portanto, conciliar isto é sempre mais difícil.²⁷

Assim, podemos concluir que os achados de Portugal (2008), no que se refere à repartição das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres da classe trabalhadora, também são aplicáveis às mulheres sindicalistas, quais sejam: i) a desigualdade sexual na repartição das tarefas e das responsabilidades e ii) a importância das redes femininas de relações sociais.

No tocante a este último ponto, se as redes de relações femininas são importantes para as mulheres trabalhadoras em geral, elas assumem uma importância primordial para as mulheres sindicalistas. São as mães, sogras, tias, irmãs que, na maioria das vezes, são acionadas de forma permanente ou alternadas por aquelas que precisam se dedicar à atividade sindical, sobretudo, quando essa atividade se estende além da jornada normal de trabalho.

Em síntese, no que se refere à partilha das responsabilidades domésticas, assim como ocorre com a maioria das trabalhadoras, as mulheres sindicalistas estão igualmente sujeitas ao mesmo padrão patriarcal de reprodução da vida familiar: “As famílias em que existe uma distribuição equitativa do trabalho e do tempo são as exceções que confirmam a regra: a mãe faz, o pai ajuda” (Portugal, 2008: 26).

Considerações finais

Passados 20 anos da contundente crítica de Santos (2002) à racionalidade dualista da ciência moderna, a qual, de forma sistemática, produz o outro como não existente, podemos dizer que ainda predomina uma abordagem essencialmente androcêntrica nos estudos sindicais, isto é, um longo processo político e epistemológico de produção da não-existência da militância sindical feminina: a outra como não existente.

A constatação desse fato por si só justificaria a necessidade de uma sociologia das ausências aplicada ao desperdício das experiências e saberes femininos nos estudos sindicais. Justificaria também a urgência de uma sociologia das emergências para a compreensão dos novos desafios enfrentados pelos sindicatos como instituições representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras, ou seja, organizações laborais que também contemplem

²⁷ Dirigente da CGTP-IN. Entrevista que nos foi concedida em Lisboa, Portugal, em 27 de janeiro de 2022.

a construção de um futuro interseccional no qual as questões de classe e gênero se constituam como “zonas de contatos” para a emergência de um novo modelo de sindicalismo.²⁸

Neste artigo, procuramos problematizar a formação da mulher como sujeito individual e coletivo do sindicalismo português. Ao longo de mais de 40 anos, o Estado Novo produziu a subordinação e a invisibilidade do feminino como uma das suas principais realizações ideológicas. Não obstante, nesse mesmo período, as mulheres participaram ativamente da vida social e política do país. No caso das mulheres trabalhadoras, foram centenas de registros de manifestações, paralisações e greves em que tiveram presença significativa, em muitas delas assumindo a própria liderança desses movimentos (CGTP-IN, 2014; OMC, 1994).

A agitação trabalhista do período também teve repercussão sobre a atividade sindical. Os sindicatos oficiais do salazarismo foram constantemente desafiados a assumirem as reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. As mulheres estiveram igualmente presentes na pressão por um sindicalismo mais combativo, sobretudo nas categorias com maior presença feminina, como conserveiras, corticeiras, têxteis, vidreiras, entre outras profissões.

Esse movimento intensificou-se com a Revolução dos Cravos, quando as mulheres também participaram de forma ativa do processo de retomada das entidades sindicais e dos principais debates em que se envolveram os sindicalistas no período: as eleições sindicais, a organização vertical ou horizontal das entidades, a unidade ou pluralidade sindical, a relação dos sindicatos com os partidos políticos e as centrais sindicais.

Um dos principais achados desta pesquisa aponta para uma questão aparentemente elementar para a emergência das mulheres trabalhadoras como lideranças sindicais: a partilha das responsabilidades domésticas. Foi consensual entre as entrevistadas que, assim como ocorre no âmbito profissional, as possibilidades de ascensão das mulheres no âmbito sindical também são condicionadas pelas responsabilidades dos cuidados da casa e da família.

Em todas as entrevistas foi mencionado que o esforço e a dedicação das mulheres ao sindicalismo estão sempre em tensão com as responsabilidades domésticas que assumem, mesmo depois de todos os avanços dos direitos trabalhistas e previdenciários das últimas décadas – o que também parece ser um contrassenso, tendo em conta todas as conquistas registradas no que

²⁸ Sobre os limites e possibilidades de superação da chamada “crise sindical” a partir da experiência recente do sindicalismo português, ver, entre outros, Costa *et al.* (2020) e Estanque e Costa (2011).

se refere à participação política e sindical das mulheres portuguesas desde o século passado.

Em síntese, ainda hoje, depois de tantas lutas e conquistas no campo econômico, político e social, o invisível trabalho reprodutivo continua sendo um dos principais fatores da “reprodução” das iniquidades entre homens e mulheres, não apenas no mercado de trabalho, mas também no próprio movimento sindical, que se propõe lutar contra essas desigualdades. Não por acaso, conforme alerta Bila Sorj (2021), vem aumentando as linhas de pesquisas em torno do trabalho do cuidado (*care work*) como uma dimensão fundamental da vida social e, conseqüentemente, um novo desafio para a sociologia do trabalho e para os estudos sindicais.

Revisto por Ana Sofia Veloso e Joel Abdala

Declaração de conflitos de interesse

Os autores declaram não existir quaisquer conflitos de interesse.

Financiamento

Este artigo foi realizado com o apoio financeiro e técnico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – e com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

Agradecimentos

Agradecemos à equipa editorial e pareceristas da *Revista Crítica de Ciências Sociais* as valiosas críticas e sugestões para o aprimoramento da primeira versão deste texto. Somos igualmente gratos a Elísio Estanque pela supervisão de pesquisa de investigador visitante no Centro de Estudos Sociais e a Hermes Costa pela orientação de tese de doutorado que motivaram a escrita deste trabalho. Por fim, agradecemos a todas as sindicalistas entrevistadas e às entidades civis que disponibilizaram acesso aos depoimentos registrados neste artigo.

Referências bibliográficas

Alves, Paulo Marques (2017), “Da exclusão à sub-representação: dois séculos de relações problemáticas entre sindicatos e mulheres”, *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*, 3, 158-177.

- Baptista, Virgínia (2012), “Participação feminina no movimento mutualista”, *Ler História*, 62, 31-51. Consultado a 08.06.2023, em <http://journals.openedition.org/lerhistoria/553>.
- Baptista, Virgínia (2016), *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal (1880-1943)*. Lisboa: ICS.
- Baptista, Virgínia; Alves, Paulo Marques (2019), “As mulheres trabalhadoras em Portugal (1890-1970): as representações sobre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado numa perspectiva feminista”, *Actas de las XIV Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y IX Congreso Iberoamericano de Estudios de Género*, 523-531. Consultado a 08.06.2023, em https://run.unl.pt/bitstream/10362/93503/1/As_Mulheres_trabalhadoras_em_Portugal_1890_1970_.pdf.
- Baptista, Virgínia; Alves, Paulo Marques (2020), “As mulheres de Xabregas”, in Pamela Peres Cabreira (org.), *História do movimento operário e conflitos sociais em Portugal*. Lisboa: IHC, 501-516. Consultado a 12.06.2023, em https://ihc.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/2021/01/Historia-Movimento-Operario_2020.pdf.
- Baptista, Virgínia; Alves, Paulo Marques (2022), “Women in the Mutual Societies of Portugal from the End of the Nineteenth Century to the 1930s”, in Eloisa Betti; Leda Papastefanaki; Marica Tolomelli; Susan Zimmermann (orgs.), *Women, Work, and Activism: Chapters of An Inclusive History of Labor in The Long Twentieth Century*. Budapeste: CEU Press. Consultado a 12.06.2023, em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26332/1/bookPart_79815.pdf.
- Biernacki, Patrick; Waldorf, Dan (1981), “Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling”, *Sociological Methods & Research*, 10(2), 141-163.
- Cabreira, Pamela Peres (2020a), “Diálogo entre história e gênero”, *Revista em Perspectiva*, 6(1), 41-67.
- Cabreira, Pamela Peres (2020b), “Operárias da Sogantal em luta”, *Revista Ars Histórica*, 20, 36-60.
- CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (2014), *43 Anos a construir a igualdade entre mulheres e homens: CGTP-IN 1970-2013*. Lisboa: CGTP-IN/IBJC.
- Costa, Hermes Augusto; Estanque, Elísio; Fonseca, Dora; Silva, Manuel Carvalho da (2020), *Poderes sindicais em debate: desafios e oportunidades da Autoeuropa, TAP e PT/ALTICE*. Coimbra: Almedina.
- Crain, Marion (1993), “Between Feminism and Unionism: Working Class Women, Sex Equality, and Labor Speech”, *Geo*, 82, 1903-1909.
- D’Arthuys, Beatrice (1976), *As mulheres portuguesas e o 25 de Abril*. Porto: Edições Afrontamento. Tradução de Eliette Martins.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a fábrica e a comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Edições Afrontamento.

- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (orgs.) (2011), *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina.
- Ferreira, Virgínia (1998), “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 199-227.
- Ferreira, Virgínia (2002), “O efeito Salieri: o sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 121-147. <https://doi.org/10.4000/rccs.1328>
- Fonseca, Teresa (2007), *A memória das mulheres: Montemor-o-Novo em tempo de ditadura*. Lisboa: Edições Colibri.
- Godinho, Paula (2019), “Inventar la democracia, abrir brechas de esperanza: revolución portuguesa, reforma agraria y políticas de memoria”, in Carme Molinero; Pere Ysàs (orgs.), *Transiciones. Estudios sobre Europa del Sur y América Latina*. Madrid: Catarata, 198-221.
- Gomes, David; Carvalho, Rayann K. Massahud de (2020), “Boaventura Santos, direito e crítica: da regulação à possibilidade de emancipação”, *Libertas: Revista de Pesquisa em Direito*, 6(1), e-202002. Consultado a 23.08.2023, em <https://periodicos.ufop.br/libertas/article/view/1975/3380>.
- Grosfoguel, Ramón (2011), “La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos”, in CIDOB, *Formas-Otras: saber, nombrar, narrar, hacer*. Barcelona: CIDOB edicions, 97-108. Consultado a 10.06.2023, em https://www.cidob.org/en/media2/publicacions/monografias/iv_training_seminar/grosfoguel.
- Guimarães, Elina (1986) “A mulher portuguesa na legislação civil”, *Análise Social*, 22(92), 557-577.
- Haraway, Donna (2009), “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, *Cadernos Pagu*, 1(5), 7-41. Tradução de Mariza Corrêa [ed. orig. 1988]. Consultado a 10.08.2022, em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.
- Hirata, Helena; Kergoat, Danièle (1994), “A classe operária tem dois sexos”, *Revista Estudos Feministas*, 2(3), 93-100. Tradução de Estela dos Santos Abreu.
- Kergoat, Danièle (2018), *Lutar, dizem elas...* Recife: SOS Corpo. Tradução de Eliana Aguiar [ed. orig. 2012].
- Maurício, Maria J. (2016), *Memória e vida em tempos de Abril: estórias de liberdade e de libertação*. Lisboa: Edições Colibri.
- Menezes, Marilda (2010), “Ética e história oral”, in Andreatta Whitaker; Elis Fiamengue; Thelma Veloso (orgs.), *Ideologia e esquecimento: aspectos negados da memória social brasileira*. São Paulo: Letras à Margem/CNPq, 19-46.
- Ledwith, Sue (2012), “Gender Politics in trade Unions: The Representation of Women between Exclusion and Inclusion”, *Transfer: European Review of Labour and Research*, 18(2), 185-199.

- Loff, Manuel (2019), “A la izquierda de sí mismos: los socialistas portugueses de la revolución al gobierno”, in Carme Molinero; Pere Ysàs (orgs.), *Transiciones. Estudios sobre Europa del Sur y América Latina*. Madrid: Catarata, 37-59.
- OMC – Organização das Mulheres Comunistas (1994), *Subsídios para a história das lutas e movimentos das mulheres em Portugal sob o regime fascista (1926-1974)*. Lisboa: Edições Avante.
- Pinto, Teresa (2015), “A construção da invisibilidade das mulheres trabalhadoras: uma perspetiva histórica”, in Eduarda Ferreira; Isabel Ventura; Luísa Rego; Manuela Tavares; Maria Antónia Pires de Almeida (orgs.), *Percursos feministas: desafiar os tempos*. Lisboa: UMAR/Universidade Feminista [e-book].
- Portelli, Alessandro (2019), “Living Voices: The Oral History Interview as Dialogue and Experience”, *The Oral History Review*, 45(2), 239-248.
- Portugal, Sílvia (2000), “Retórica e acção governativa na área das políticas de família desde 1974”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 81-98.
- Portugal, Sílvia (2008), “As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal”, *Oficina do CES*, 319. Consultado a 12.08.2022, em <https://www.ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-319>.
- Ribeiro, Júlia Guarda (2010), *Mulheres da Marinha Grande: histórias de luta e de coragem*. Leiria: Folheto Edições & Design/MDM.
- Ribeiro, Margarida; Nunes, Marta (2019), *Mulheres – Trabalho e Alentejo: caderno de histórias de vida*. Lisboa: Edições Colibri.
- Rosas, Fernando (2015), “Ser ou não ser. A Revolução portuguesa de 74/75 no seu 40º aniversário”, *Forum*, 49-50, 5-15. Consultado a 12.06.2023, em <https://revistas.uminho.pt/index.php/forum/article/view/2306>.
- Saffioti, Heleieth (2013), *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular [ed. orig. 1969].
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280. <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social: encuentros en Buenos Aires*. Consultado a 10.06.2023, em https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Renovar%20la%20teor%C3%ADa%20cr%C3%ADtica_CLACSO_2006.pdf.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Novos Estudos CEBRAP*, 79, 71-94.
- Scott, Joan W. (1986), “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”, *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>
- Sorj, Bila (2021), “Estudos sobre o cuidado na sociologia: a contribuição de Nadya Araújo Guimarães e Helena Hirata”, *Sociologia & Antropologia*, 11(3), 1089-1097. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11i3>

URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses (2021), *Elas estiveram nas prisões do fascismo*. Lisboa: URAP.

Vinuto, Juliana (2014), “A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto”, *Temáticas*, 22(44), 203-220.

Sidney Jard da Silva

Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do ABC

Rua Arcturus, 03 CEP: 09606-070 São Bernardo do Campo/SP – Brasil

Contacto: sidney.jard@ufabc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3444-1763>

Contributos: Concetualização, Investigação, Aquisição de financiamento, Administração do projeto, Supervisão, Visualização, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição.

Deise Aparecida Recoaro

Investigadora independente

Contacto: deise.recoaro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7108-1096>

Contributos: Concetualização, Investigação, Visualização, Redação – revisão e edição.

Artigo recebido a 21.10.2022

Aprovado para publicação a 21.07.2023

<https://doi.org/10.4000/rccs.14803>



Union Women of April: Absences, Insurgencies, and Emergencies

This article aims to carry out a sociological reflection on women's participation in the Portuguese unionism under the theoretical reference of the sociology of absences and emergencies. Our research object is the memories of female workers and union women who experienced the process of democratic transition in Portugal. Analyzing the paradoxical condition of work, not only as a space of economic exploitation but also of women's insurgency, we present the possibilities of the emergence of women in Portuguese unionism and point out the gender inequalities on contemporary union activism. The empirical research was carried out by bibliographic review, documentary research, consultation of testimonials, and interviews. Finally, we present the key findings of applying the theoretical reference of the sociology of absences and emergencies in labor union studies, focusing on women's activism.

Keywords: gender issues; Portugal; trade union movement; woman's participation; working women.

Les femmes syndicalistes d'Avril : absences, insurrections et urgences

Le but de cet article est de réaliser une sociologie des absences et des urgences des femmes dans le mouvement syndical portugais. L'objet de la recherche sont les mémoires des travailleuses et syndicalistes qui ont vécu le processus de transition démocratique au Portugal. En analysant la condition paradoxale du travail comme espace d'exploitation économique, mais aussi d'insurrection féminine, nous présentons les possibilités historiques d'émergence de la femme dans le syndicalisme portugais et nous mettons en évidence la persistance des inégalités de genre dans le militantisme syndical contemporain. La recherche empirique a été réalisée à travers d'enquêtes bibliographique et documentaire, de consultation de témoignages et des entretiens. Enfin, les principales conclusions de l'application du cadre théorique de la sociologie des absences et des urgences dans les études syndicales sont identifiées, en se concentrant sur le militantisme de la femme travailleuse.

Mots-clés: femmes travailleuses; mouvement syndical; participation de la femme; questions de genre; Portugal.